SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, nomeio e constituo meus procuradores os advogados **FELIPE FERRO LOPES - OAB/MG 121.008, GABRIELA CÉSAR DE MARTIN – OAB/MG 125.564, ISABELLA MONTEIRO GOMES – OAB/MG 87.882, LEANDRA PATRICIA DE OLIVEIRA – OAB/MG 160.145, LEONARDO DAVID BRAGA GONTIJO – OAB/MG 127.336, LUCIANA APARECIDA RIBEIRO SANTOS – OAB/MG OAB/MG 172.572, MAYRA RODRIGUES GUALBERTO – OAB/MG 126.470, MONIQUE ALVARES ASSIS – OAB/MG 122.282, PRICILA ALMEIDA SOUZA – OAB/MG 195.990, RAPHAELA SOARES – OAB/MG 158.984, SUZANNE ADLA DE OLIVEIRA BAUER MARIOTINI - OAB/MG 117.950 e WLADIMIR COELHO DOS SANTOS OAB/MG 229.301,** todos brasileiros, domiciliados em Belo Horizonte/MG, **todos com endereço eletrônico profissional: intimacaopje@sindutemg.org.br,** conferindo-lhes poderes para o foro em geral, para agir em conjunto ou isoladamente na defesa de meus direitos e interesses no contencioso administrativo e/ou judicial, em todas as instâncias, podendo os referidos procuradores acordar, confessar, transigir, desistir, receber, dar quitação, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer os benefícios da assistência judiciária, autorizando-os ainda nesse ato, a realizar a transferência do meu crédito judicial para a conta bancária do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais para fins de prestação de contas e efetivação do meu pagamento, praticando tudo o que for necessário para o fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer.

Belo Horizonte, ... de .....de .....

_____

Assinatura

OUTORGANTE:	
E-MAIL:	
END:	
BAIRRO:	
CIDADE:	CEP:
IDENTIDADE:	CPF:

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____,

brasileiro(a), (estado civil) _____,

(profissão) _____,

inscrito no CPF sob o nº _____,

carteira de identidade nº _____, residente na

Rua_____,nº_____,

Complemento_____,Bairro_____,

Cidade_____, CEP _____, declaro para os fins da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação aos dispositivos da Lei nº 1.060/50 e alterações posteriores, que não possuo condições de arcar com despesas em juízo, especificamente com custas processuais e honorários advocatícios, de acordo com o Art 4º da referida lei, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando dos benefícios da justiça gratuita.

Belo Horizonte, ... de .....de.....

_____

Assinatura

TERMO DE ESCLARECIMENTO SOBRE AÇÃO JUDICIAL

Eu, _____

[NOME COMPLETO], inscrito(a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARO para os devidos fins, que:

1. De forma voluntária, requeri ao Departamento Jurídico do Sind-UTE/MG o ajuizamento de ação judicial em meu nome, com o objetivo de defender meus direitos e interesses funcionais, tendo ciência de que o ajuizamento da ação não implica o reconhecimento do direito pleiteado, sendo seu êxito dependente da decisão judicial.

2. Estou ciente de que, permanecendo filiado(a) ao Sindicato até a conclusão do processo e do levantamento do alvará referente aos valores devidos, não haverá cobrança de honorários advocatícios para acompanhamento do processo e declaro ter ciência de que a entrega da ficha de filiação, por si só, não garante a efetiva filiação ao Sindicato para os fins deste termo, sendo necessário o desconto mensal nos meus vencimentos.

3. Que fui informado(a) de que o Sindicato não exige o pagamento de honorários advocatícios para o acompanhamento dessa ação, exceto em casos de desligamento/desfiliação da entidade sindical antes do levantamento do alvará, ou em caso de falecimento com a continuidade do acompanhamento pelo Departamento Jurídico pelos herdeiros. Nessas situações, será devido o pagamento de 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto a ser recebido, a título de honorários advocatícios em favor do Sindicato, conforme previsto no art. 13, §3º, do Estatuto da entidade sindical.

4. Estou ciente de que, caso a justiça gratuita seja negada no processo, o Sindicato poderá assumir o pagamento das custas e despesas processuais, desde que eu tenha enviado, a tempo, todos os documentos necessários para comprovar a hipossuficiência e desde que eu atenda aos critérios adotados pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para a concessão da assistência judiciária gratuita, que abrange a pessoas com renda de até três salários mínimos. Caso não me enquadre nesses critérios, reconheço que, em caso de indeferimento da gratuidade, serei responsável pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do Estado, se houver.

5. Declaro que a interposição de recurso contra sentença para instância superior somente será realizada mediante minha autorização expressa e desde que eu me comprometa a arcar com as custas processuais, caso haja o indeferimento do benefício da justiça gratuita e não me enquadre no item 4.

6. Estou ciente de que é minha responsabilidade manter meus dados de contato (telefone, endereço e e-mail) atualizados junto ao Departamento Jurídico, comprometendo-me a acompanhar periodicamente a tramitação da ação, entrando em contato com o Departamento para obter informações sobre o andamento do processo.

7. Declaro, por fim, que fui devidamente informado(a) sobre todas as condições acima e que não tenho dúvidas quanto ao seu conteúdo, manifestando minha concordância de forma livre, consciente e esclarecida.

_____, ___ de _____ de _____.

_____